

SUBDESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

UNDERDEVELOPMENT, DEPENDENCE AND CHARACTERISTIC THE BRASILIAN AGRARIAN QUESTION

Aline de Jesus Oliveira¹

Resumo

Este artigo tem como objetivo realizar a discussão do subdesenvolvimento e da dependência para compreensão das características da questão agrária brasileira. Esses temas estão interligados, pois o subdesenvolvimento agrava a dependência econômica e social, trazendo traços peculiares a questão agrária que é um campo de luta essencial para a construção de uma sociedade mais justa e desenvolvida. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica em que os autores se fundamentam na perspectiva crítica da tradição marxista brasileira, conhecida como Teoria Marxista da dependência. Inicialmente os elementos que explicitam o desenvolvimento do modo de produção capitalista, de uma perspectiva histórica- crítica, cujo o início se dá no Brasil colônia, a raiz do subdesenvolvimento que traz particularidades à nossa estrutura social, política e econômica, a dependência apresenta-se como condição estrutural e imprescindível para compreensão da questão agrária brasileira no núcleo das contradições do desenvolvimento desigual e combinado do capital. Por fim, entendemos a partir do caminho teórico e metodológico que, ao explicitar as particularidades da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, manifestas a partir da dependência estrutural e do subdesenvolvimento, nos permitiu explicitar as contradições dessa dinâmica e as mediações necessárias para compreensão da questão agrária brasileira.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento; dependência ; questão agrária.

Abstract

This article aims to discuss underdevelopment and dependence to

¹ Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Pesquisadora no grupo de pesquisa GEPLA - Grupo de Estudos do Pensamento Latino-Americano, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus JK. E-mail: alineufvjm.oliveira@gmail.com.br.

SUBDESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

understand the characteristics of the Brazilian agrarian issue. These themes are interconnected, as underdevelopment aggravates economic and social dependence, bringing peculiar traits to the agrarian issue, which is an essential field of struggle for the construction of a fairer and more developed society. Bibliographical research was carried out in which the authors are based on the critical perspective of the Brazilian Marxist tradition, known as the Marxist Theory of addiction. Initially, the elements that explain the development of the capitalist mode of production, from a historical-critical perspective, whose beginning takes place in colonial Brazil, the root of underdevelopment that brings particularities to our social, political and economic structure, dependence presents itself as a structural and essential condition for understanding the Brazilian agrarian issue at the core of the contradictions of the uneven and combined development of capital. Finally, we understand from the theoretical and methodological path that, by explaining the particularities of the dynamics of the development of capitalism in Brazil, manifested through structural dependence and underdevelopment, allowed us to explain the contradictions of this dynamic and the necessary mediations to understand the Brazilian agrarian issue.

Keywords: Underdevelopment; dependence; agrarian issue.

1-INTRODUÇÃO

Este artigo traz o debate do desenvolvimento do capitalismo latino-americano, especificamente brasileiro, que se configurou como forma dependente, atrelado aos interesses imperialistas. A raiz do subdesenvolvimento, oriundo de uma superexploração do trabalho. A expansão do modo de produção capitalista só pode ser entendida no Brasil a partir do desvelamento das contradições do capitalismo geral, como também das particularidades da nossa formação sócio-histórica ao longo dos últimos cinco séculos, que levaram ao surgimento do processo de industrialização tardia, bem como da dependência e também da superexploração do trabalho.

Nesse sentido, consideramos a dependência como a condição imanente à reprodução do capitalismo no Brasil, esta se faz elemento de primeira ordem para a compreensão das leis agrárias e a concentração fundiária no capitalismo dependente latino-americano em geral, e particularmente no Brasil. De tal modo que o agronegócio se apresentará, nas particularidades do capitalismo dependente, como um elemento que aprofunda ainda mais a exploração e a desigualdade.

A história do modo de produção capitalista foi e segue intensamente marcada pela

SUBDESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

violência e pelas múltiplas contradições que aparentemente se apresentam como dualidade, mas são mais complexas do que a diferenciação entre dois polos: Pobreza-Riqueza, Exclusão-Inclusão, Rural-Urbano, compõem um todo que precisa ser compreendido no universo do processo de desenvolvimento inerente ao modo de produção capitalista.

A concentração fundiária, exclusão e desigualdade social marca a sociedade brasileira e tem sua origem desde o processo de colonização, pois ao acentuar a concentração conjuntamente com a expropriação dos camponeses e a crescente exploração de trabalhadores do campo, faz emergir de maneira mais clara as contradições sociais causadoras dos conflitos no campo: na luta pela terra, na luta por direitos, na luta pela vida. A estrutura agrária brasileira nos permite perceber pelas leis, sua estrutura que ao longo da história se caracteriza pelo seu caráter concentrador ditado por uma dinâmica de desenvolvimento desigual, combinado e do capital e suas particularidades na América Latina e, portanto, no Brasil.

Portanto, esta concentração fundiária no país tem sido um importante fator causador dos conflitos ocorridos historicamente no território brasileiro, sendo, nas últimas décadas a principal forma de ocupações de terras que reivindica do Estado a criação de assentamentos de reforma agrária para deter o latifúndio no Brasil. A estrutura agrária brasileira foi sendo alterada no sentido de manter a mesma estrutura, que parte de um capitalismo dependente e subdesenvolvido que lhe traz traços peculiares.

Dessa forma, a questão agrária permanece como uma das problemáticas centrais da sociedade brasileira. A permanência de elementos históricos, como a concentração fundiária e subutilização das terras rurais, a superexploração do trabalho e o trabalho escravo e as lutas dos trabalhadores se fundem aos processos e dinâmicas recentes de reconversão produtiva, materializadas na expansão do agronegócio, sobretudo com a produção comercial de agrocombustíveis, voltada para um mercado mundializado. Dessa forma também se une à multiplicação de iniciativas da agricultura camponesa no desenvolvimento da produção agroecológica, na construção de mercados justos e em avanços na construção de outra forma de produzir.

Partindo da apreensão de que a questão agrária e a superexploração da força de trabalho ocorrida na América Latina e com suas particularidades no Brasil, são determinações fundamentais da extração de valor no capitalismo dependente brasileiro, ou seja, substanciam o movimento inerente à lei geral da acumulação de capitalista no Brasil, esta dinâmica impõe a expropriação, a violência e a superexploração como meios de extração de valor, numa realidade na qual o subdesenvolvimento é a única forma possível de desenvolvimento.

SUBDESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Frente à primazia da propriedade privada, o desigual acesso à terra, aos meios de produção e ao poder, condiciona a apropriação da riqueza produzida, uma vez que o passado colonial consolidou a matriz da acumulação primitiva de capital atrelada à apropriação privada da terra, que será legalizada no período da independência formal.

O monopólio privado das terras, a superexploração da força de trabalho e a espoliação dos recursos naturais apresentam-se como fundamentos da dialética da dependência, desdobramento do intercâmbio desigual, que proporciona a transferência de valor, e da continuidade do processo de acumulação e valorização do capital (Marini, 2011; Fernandes, 2008).

A concentração de terra é histórica, no entanto seu desenvolvimento vem atrelado a condições que se fazem necessárias para implantação do capitalismo nos centros, assim, perpetuando o caráter de dependência externa (associação capitalista entre os países da periferia e o do centro capitalista), cria-se e simultaneamente expande o subdesenvolvimento da economia nacional, forma histórica que assumiu o desenvolvimento brasileiro. Segundo Manson (2014), vários elementos alteram a questão agrária, pois o capital a organiza de formas distintas. Na atualidade, ela possui particularidades que determinam a vida dos “sem-terra” no Brasil, que travam cotidianamente um enfrentamento contra a hegemonia do capital financeiro e sua criação: o inimigo principal da reforma agrária hoje: o agronegócio.

Para conseguirmos entender as particularidades brasileira e as mediações que a compõem com a finalidade de tecer uma análise que se aproxime da totalidade, recorreremos a princípio, à compreensão do processo sócio-histórico que auxiliará no entendimento da estrutura do capitalismo periférico brasileiro, ao processo de colonização/exploração ao qual fomos submetidos enquanto colônia.

2-SUBDESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA BRASILEIRA: APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Na visão de Prado Jr (2002), o Brasil nasce como colônia portuguesa, no bojo do sistema colonial, atrelado ao sistema do escravismo colonial como forma de produção de riquezas, instala-se aqui o trabalho escravo, o latifúndio.

Esta será nos dizeres de Marx (2013) uma das alavancas da chamada acumulação originária e concomitantemente responsável pela formação econômica do Brasil, esse processo

SUBDESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

denominado por Marx e Engels (2008) de “expropriação dos camponeses” na história da acumulação primitiva do capital, foi a alavanca para o desenvolvimento da indústria têxtil e da Revolução Industrial, e, conseqüentemente constituição do capital industrial.

A expropriação do camponês de suas terras, Marx demonstra que a acumulação primitiva significou a violência contra a massa camponesa, a expropriação do servo para transformá-lo em proletário (roubando suas terras e ateando fogo em suas casas), a expropriação indígena e africana para transformá-las em escravas, o aniquilamento, a invasão e a pilhagem, tudo isso gravitando em torno do seu componente mais dinamizador, o mercado. A nossa inserção neste processo se deu sob a condição colonial e escravista nas origens, mediante a qual afluía para a Europa a riqueza aqui extraída e, tais métodos como os quais aqui e acolá se serviram aqueles que eufemicamente são chamados de “conquistadores”, permitiram que, naquele polo eurocêntrico, se desenvolvesse o mercado e o capitalismo com toda a sua potência avassaladora:

O sistema colonial fez amadurecer como plantas de estufa o comércio e a navegação. O tesouro apresado fora da Europa diretamente por pilhagem, escravização e assassinato refluía à metrópole e transformava-se em capital. A Holanda que primeiro desenvolveu plenamente o sistema colonial, atingira já em 1648 o apogeu de sua grandeza comercial. [...] o povo Holandês era já em 1648 mais sobrecarregado de trabalho, mais empobrecido e mais brutalmente oprimido que os servos do resto da Europa em conjunto (Marx, 1985, p. 287-288).

É importante registrarmos que, com a nossa independência formal em 1822, e doravante em curso o nosso processo de industrialização tardia, o Brasil ainda apresentava traços estamentais em que a oligarquia aqui presente possuía amplo controle e domínio.

Para que o capitalismo pudesse surgir nas colônias, era necessário que houvesse toda uma configuração anterior, a qual propiciaria a sua sustentabilidade. Segundo Marx (2013) “O segredo da acumulação primitiva” que nada mais é do que o processo histórico de separação entre “produtor e meios de produção”. Aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

Ainda de acordo com Marx (2013), ocorre a expulsão dos camponeses de suas terras e a transformação em trabalhadores, que agora seriam livres como pássaros. Nesta esteira, é importante sinalizar, mais uma vez, que o pacto colonial foi importante para o processo de acumulação originária do capital. Para Marini (1973):

A América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional. Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribui em primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram

SUBDESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para criação da grande indústria (Marini 1973, p.140).

Assim, desde a primazia da relação colônia-metrópole os países da América Latina contribuem para a acumulação originária de capital na Europa, através da produção e envio de mercadorias (em especial do setor de bens primários) que contribuíram para o processo de acumulação e doravante ao nascimento propriamente dito do Modo de produção Capitalista na Inglaterra.

Com base em Prado Junior (2002) o comércio estava na base das relações entre metrópole e colônia. Contava com o aparato institucional que viabiliza a funcionalidade do antigo sistema colonial com o objetivo de maximizar a apropriação do excedente gerado nas colônias, em benefício das metrópoles.

Buscava-se a apropriação do sobre-produto das economias coloniais, através da redução dos preços de compra dos seus produtos e de uma elevação a níveis máximos dos preços de venda dos produtos da metrópole. Isto gerou a concentração de excedentes nas mãos de uma classe mercantil ascendente, em condições econômicas para explorar as vantagens do monopólio, características básicas da estrutura do sistema colonial, estrutura esta tendo sempre como pano de fundo o movimento da acumulação primitiva, o sistema colonial. Este tinha o objetivo de colonizar e produzir em terras alheias, entendidas como próprias, para o capital. Isto significava a necessidade da exploração mercantil de produtos que tivessem valor comercial nos mercados europeus.

Assim, no período colonial ditado pelos núcleos dinâmicos de desenvolvimento, uma pequena parte da sociedade foi capaz de se integrar, de acompanhar as mudanças e conseguiu prosperar, no que diz respeito à vida com dignidade no novo rural-urbano que se consolidava no Brasil. A outra grande parte da sociedade, marginalizada e excluída, ficou sem acesso aos direitos básicos à terra, ao trabalho, à sobrevivência, lhe restando a vulnerabilidade de se ligar funcionalmente ao eixo dinâmico, de acordo com as regras ditadas pelos mandatários do poder econômico, político, cultural.

Nesta direção, percebe-se que, no Brasil, a economia colonial exportadora constitui a transição a uma economia capitalista nacional, a qual somente se configura quando a economia industrial emerge. Essa é a complexa teia de produção geral-particular em que se manifestam, nos países periféricos, as leis de desenvolvimento do capitalismo dependente.

E, nesse sentido, segundo Marini (1973) a economia dependente, e, portanto, a superexploração do trabalho, aparece como uma condição necessária ao capitalismo mundial.

SUBDESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

A dependência, característica do capitalismo particular da América Latina, é indissociável do desenvolvimento em geral, cuja matriz desigual e combinada explicita a gênese e desdobramento histórico de dita condição.

Os países latino americanos se desenvolveram de forma subordinada e em consonância com a reprodução ampliada do capital. Para Fernandes (2005), essa superexploração é condição da dependência periférica inerente ao capitalismo mundial. Nas palavras do autor:

A dependência, assim, seria uma situação em que uma economia estaria condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra à qual está subordinada, o que se expressaria no fato de a economia dominante poder expandir-se auto sustentadamente – de forma contraditória e dialética, como característico do capitalismo – enquanto a dependente só o faria como reflexo dessa expansão, ou de forma estrangida pela situação de dependência, tendo efeitos positivos e negativos sobre o seu desenvolvimento (Fernandes, 2005, p.194).

Portanto, compreendermos que a especificidade do ciclo do capital na economia dependente latino-americana se faz necessário para entendermos o fundamento de sua dependência em relação à economia capitalista mundial.

Desenvolvendo sua economia mercantil, em função do mercado mundial, a América Latina é levada a reproduzir em seu seio as relações de produção que se encontram na origem da formação desse mercado, e determinavam seu caráter e sua expansão (Marini, 1973, p.147).

De acordo com Marini (1973), no momento em que a América Latina se insere como nação, na acumulação de capital nos países centrais, seu processo foi atrelado à superexploração da força de trabalho, o que demarca, segundo o autor, a dialética da dependência, do desenvolvimento latino-americana, e ainda que a dependência é entendida como “a relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2011, p.135).

Assim reproduzem relações de exploração peculiar, a superexploração, baseada em um ciclo de capital que se reproduz em escala ampliada e dependente em relação à economia internacional. Para Galeano (1972), a superexploração latente é a causa dessa dependência e da desigualdade.

O desenvolvimento econômico latino-americano, ao ser impulsionado pelo processo de industrialização substitutiva de importações, decorrente da primeira grande crise (1929) mundial do capital e do significado político e econômico do período entre as duas Guerras mundiais (1914-1918) e (1939-1945), não contou com a potência de ação da revolução industrial técnico científica no interior destas economias, uma vez que a indústria se

SUBDESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

desenvolveu como uma atividade subordinada à produção e exportação de bens primários, atendendo uma demanda sobre exigências do mercado mundial.

Marini (1973, pg 18) explica que: “A economia industrial dependente reproduz a acumulação de capital baseada na exploração do trabalhador” pois se apoia em uma economia exportadora que cria excedente e concentra a riqueza nas mãos do capital industrial estrangeiro. Reforça-se assim o papel das nações dependentes na divisão internacional do trabalho como uma fonte de exploração de riqueza para acumulação de capital necessária ao financiamento da revolução industrial européia.

Fernandes (1973), ao elaborar as ideias da conformação do capitalismo dependente na América Latina, constrói um referencial ao trabalhar a dinâmica antagônica das classes sociais ao longo de processo de desenvolvimento. Sua formulação do capitalismo dependente constitui uma contribuição teórica à teoria do desenvolvimento capitalista, onde a explicação da história se encontra nas relações de cooperação ou de luta entre as classes sociais.

Assim, para Fernandes (1973), há uma necessidade de transferência do excedente produzido nas economias periféricas para o centro do sistema capitalista como uma forma própria de ser do desenvolvimento capitalista da América Latina e do Brasil, ainda destacando que há quatro fases da dominação externa na América Latina, a saber: o colonialismo, o neocolonialismo, o imperialismo e o capitalismo monopolista.

A primeira fase da dominação externa chamada colonialismo, vai do século XVI ao XIX, e é marcada por relações de poder das metrópoles com suas colônias latino americanas, ou seja, cabe às economias coloniais e periféricas produzir bens primários de acordo com as necessidades de consumo e da acumulação primitiva de capital das metrópoles. Com a crise do colonialismo, devido às limitações da constituição de poder da burguesia nacional latina e da manutenção do status da oligarquia latifundiária. Nesta segunda fase, foi criado um sistema de dominação apoiado em operações comerciais e financeiras com os países latino americanos.

Dessa forma, a América Latina, que antes (colonialismo) era baseada em mecanismos políticos e jurídicos, agora (neocolonialismo) passou a ser ditada por mecanismos econômicos.

Durante esse curto período, em que os países dominantes possuíam apenas o controle de mercado dos processos econômicos, seria possível falar-se, *stricto sensu*, de neocolonialismo. A dominação externa tornou-se largamente indireta. A expansão das agências comerciais e bancárias na região envolvia um pequeno número de pessoal qualificado, a difusão em escala reduzida de novas instituições econômicas e de novas técnicas sociais, e várias modalidades de associação com agentes e interesses locais e nacionais (Fernandes, 1973, p.21-22).

Ainda tendo por base as reflexões de Fernandes (1973) percebe-se que a terceira fase da

SUBDESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

dominação externa da América Latina, o imperialismo², que se torna uma realidade nas últimas décadas do século XIX, aprofunda os laços com o mercado mundial, sob a hegemonia política e econômica da Grã Bretanha. De tal modo que, na fase imperialista mundial, se inaugura a era do capitalismo dependente na América Latina. Isso implica que o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina, onde as influências externas invadiram todas as esferas da vida social – economia, sociedade, política e cultura - moldando a forma e o conteúdo particular do desenvolvimento econômico da região, como coadjuvante no protagonismo imperial das economias centrais.

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina (Fernandes, 1973, p.16).

O quarto padrão de dominação externa, que se expande mundialmente no pós 2º Guerra Mundial, é o imperialismo na fase do capital monopolista. Nessa fase, há o surgimento das grandes corporações multinacionais, com ramificações comerciais, industriais e financeiras de cunho global. Essas grandes multinacionais, cujas sedes compõem a força dos países imperialistas, criam mecanismos de controle externo nos países dependentes (Marini, 1973):

A participação da América Latina no progresso do modo de produção capitalista nos países industriais será por sua vez contraditório. Isto se deve a que, como assinalamos antes, o aumento da capacidade produtiva do trabalho acarreta um consumo mais que proporcional de matérias-primas. A medida em que essa maior produtividade é acompanhada efetivamente de uma maior mais-valia relativa, isso significa que cai o valor do capital variável em relação ao do capital constante (que inclui as matérias primas), ou seja que aumenta a composição - valor do capital, Assim sendo o que é apropriado pelo capitalista não é diretamente a mais valia produzida, mas parte desta que lhe corresponde sob a forma do lucro. Com a taxa de lucro não pode ser fixada apenas em relação ao capital variável, mas sobre o total do capital adiantado no processo de produção, isto é, salário, instalações, maquinário, matérias-primas, etc; o resultado do aumento da mais valia tende a ser-sempre que implique, ainda que seja em termos relativos, uma elevação simultânea do valor do capital constante empregado para produzi-la uma queda da taxa de lucro (Marini 1973, p.147).

² O imperialismo é um processo que pode ser explicado a partir de Lenin (2009), que o identifica entrecruzando os cinco traços fundamentais que o constituem: O capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trustes* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes 1. a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, da oligarquia financeira; 3. a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4. a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e 5. o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes (Lênin, p.90. 2009).

SUBDESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Para Marini (1973), os países periféricos não devem ser encarados como uma reprodução mal sucedida do capitalismo central nos trópicos, mas como uma condição necessária e funcional para a acumulação capitalista realizada no centro.

(...) o subdesenvolvimento, onde ele surge e se mantém, não é uma mera cópia frustrada de algo maior nem fatalidade. Mas uma escolha, se não realizada, pelo ao menos aceita socialmente, e que depende, para ser condenado e superado, de outras escolhas da mesma natureza, que forcem os homens a confiar em si mesmos ou em sua civilização e a visarem o futuro (Fernandes, 1973, p.57).

Além disso, o subdesenvolvimento não pode ser entendido como uma fatalidade histórica, e sim como produto específico da luta de classes, embates entre os grupos dominantes e os grupos dominados. Assim, os elos de dominação externa que prendem a periferia à sua condição de subdesenvolvida, também ditam os determinantes internos da reprodução das estruturas do capitalismo dependente das nações periféricas.

(...) a dependência, por sua vez, não é mera "condição" ou "acidente". A articulação estrutural de dinamismos econômicos externos e internos requer uma permanente vantagem estratégica do polo econômico hegemônico, aceita como compensadora útil e criadora pelo outro polo (Fernandes, 1973, p.54).

O desenvolvimento histórico do capitalismo na América Latina, a situação econômica, política e social foi caracterizado por uma polarização social, com autonomia limitada, dada a integração dependente ao mercado mundial e a transferência do excedente econômico para as economias centrais, consequência esta da expansão internacional do capital para as regiões periféricas. Em suma, este é o determinante externo da dependência e do subdesenvolvimento na visão de Fernandes (1973), com que temos total concordância.

A força do conjunto do sistema imperialista descansa na necessária desigualdade das partes que o formam, e esta desigualdade assume magnitudes cada vez mais dramáticas. Os países opressores tornam-se cada vez mais ricos em termos absolutos, porém muito mais em termos relativos, pelo dinamismo da disparidade crescente. O capitalismo central pode dar-se ao luxo de criar e acreditar em seus próprios mitos de opulência, mas os mitos não são comíveis e os países pobres que constituem o vasto capitalismo periférico o sabem muito bem.

O subdesenvolvimento explica-se de forma objetiva pelas condições de dependência econômica, condicionada e regulada a partir de fora, por vetores conjunturais e estruturais no mercado mundial, e reestruturada desde dentro a partir do complexo processo de formação econômica dos países da América Latina.

A dependência apresenta-se como condição estrutural tanto nas relações externas com

SUBDESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

as nações imperialistas, quanto entre as classes dominantes internas, de forma dialética e inseparável (Fernandes, 2006).

A estreita relação entre a violência da acumulação de capital e o avanço geral do desenvolvimento das forças produtivas, com o desenvolvimento desigual da estrutura colonial e nacional da economia brasileira, traz características particulares à chamada “Questão Agrária”, e ao seu desenvolvimento e conflitos, que são resultado de uma condição histórica, do desenvolvimento desigual e combinado do capital no Brasil.

3- AS CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

A questão agrária é uma problemática estrutural do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Sua complexidade é pautada especialmente pela particularidade burguesa de desenvolvimento capitalista na periferia, cujos processos de formação dos grandes latifúndios nos diversos países latino-americanos de modo geral sedimentaram às hegemonias políticas das oligarquias arcaicas. E depois se desdobram na acirrada luta de classes com o desenvolvimento do modo burguês de produção propriamente dito.

Historicamente, a questão agrária brasileira é marcada pela conflitualidade, que resulta do permanente movimento de enfrentamento de forças sociais antagônicas que impulsionam a Territorialização, a Desterritorialização e a Reterritorialização (T-D-R) das relações sociais capitalistas e camponesas (Raffestin, 1993; Fernandes, 2005).

Assim, a concentração fundiária no país tem sido um importante fator causador dos conflitos ocorridos historicamente no território brasileiro, sendo, nas últimas décadas, a principal forma de ocupações de terras que reivindica do Estado a criação de assentamentos de reforma agrária em que se prime por uma reforma agrária que parta do princípio da democratização e distribuição da terra, cuja matriz política parta de uma revisão constitucional sobre os múltiplos significados do latifúndio no Brasil.

Neste sentido, as particularidades da dependência brasileira são centrais para a compreensão da questão agrária brasileira, pois estas se movimentam no conjunto das determinações concretas no capitalismo dependente, para as quais a existência da superexploração da força de trabalho da questão agrária é primordial. A questão agrária no Brasil teve seu fundamento alicerçado no monopólio privado da terra, meio universal do trabalho e realização humana, bem como na escravidão do índio e negro seguida da

SUBDESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

superexploração do trabalho que retroalimenta a sociabilidade capitalista.

A questão agrária brasileira se apresenta como processo contínuo de manifestação da permanência da violência da acumulação primitiva passado-presente, a qual se apresenta na contemporaneidade em dois processos conexos: a) a dinâmica industrial latino-americana tem como fundamento, não só de gênese, mas de continuidade, a questão agrária; b) dito fundamento reforça o sentido atual da renda da terra e da acumulação por espoliação sob a égide do grande capital financeiro especulativo, que aprofunda a superexploração da força de trabalho e o domínio do capital. Assim, ela está profundamente conectada às políticas sociais, pois a distribuição desigual de terras e a marginalização das populações rurais têm impactos diretos sobre o acesso a direitos fundamentais, como educação, saúde, e moradia. A reforma agrária, a promoção da agricultura familiar e a criação de políticas públicas adequadas para o campo são essenciais para a melhoria das condições de vida no meio rural e para o avanço das políticas sociais de forma mais inclusiva e justa.

A questão agrária no Brasil é complexa e multifacetada, refletindo uma série de fatores históricos, sociais, econômicos e ambientais, algumas das principais características da questão agrária brasileira incluem: a concentração Fundiária, pois o Brasil apresenta uma das maiores concentrações de terras do mundo, onde uma pequena elite detém uma grande parte das terras agricultáveis isso gera desigualdade no acesso à terra e nos recursos.

Os conflitos agrários onde a luta pela terra é um tema recorrente, com frequentes conflitos entre grandes proprietários, agricultores familiares, indígenas e movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a agricultura familiar que desempenha um papel crucial na segurança alimentar do país e na produção de alimentos para o mercado interno que representa uma significativa parte da produção agropecuária, especialmente de alimentos.

O desmatamento e questões ambientais, pois a expansão da fronteira agrícola e a pressão por novas áreas de cultivo têm levado ao desmatamento, especialmente na região da Amazônia, levantando preocupações sobre a conservação ambiental e os direitos dos povos indígenas.

A falta de uma política agrária de desenvolvimento que regule a questão agrária brasileira, leva a uma adoção de tecnologias e práticas agrícolas modernas, tem causado transformações significativas na produção agrícola, com a introdução de sementes geneticamente modificadas e técnicas de cultivo avançadas, principalmente nas grandes propriedades e uso excessivo de agrotóxicos que tem sido as relações de trabalho, pois a questão

SUBDESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

agrária também envolve as condições de trabalho que trabalhadores rurais se submetem, incluindo a exploração, as condições de trabalho e a falta de direitos trabalhistas em algumas regiões.

A globalização e mercado, pois o Brasil é um grande exportador de commodities agrícolas, e a demanda internacional influencia a produção e as políticas locais, as flutuações nos preços das commodities podem ter impactos diretos na economia rural.

Essas características ilustram a complexidade da questão agrária no Brasil, que envolve desafios significativos para a sociedade, a economia e o meio ambiente.

Portanto, a questão agrária no Brasil é um campo de disputa que envolve diferentes interesses e a compreensão das raízes históricas e sociais desse problema, bem como a importância de um debate contínuo sobre as reformas necessárias para garantir um futuro mais justo e sustentável para o meio rural brasileiro. A discussão não se limita apenas à reforma agrária, mas também abrange as implicações ambientais, sociais e econômicas que a estrutura agrária impõe ao desenvolvimento do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando, portanto, a dinâmica da dependência econômica e suas implicações para os países da América Latina, incluindo o Brasil, a estrutura agrária do país está intimamente ligada à sua inserção no mercado global. A dependência da exportação de commodities agrícolas e a concentração de terras em grandes propriedades contribuem para desigualdades sociais e territoriais.

A questão agrária brasileira é um tema complexo e multifacetado, que abrange aspectos históricos, sociais, econômicos e ambientais. A luta por terra no Brasil remonta à colonização e se intensificou ao longo do tempo, refletindo as profundas desigualdades sociais que marcam a estrutura fundiária do país. A concentração de terras, associada à exclusão rural de populações que dependem da agricultura para sua sobrevivência, gera conflitos agrários, que muitas vezes resultam em violência e desapossamento.

Assim, a política agrária brasileira é marcada por tensões e conflitos, com constantes embates entre as classes sociais que defendem interesses diversificados. Enquanto alguns apostam na modernização e na expansão do agronegócio, outros clamam por uma agricultura familiar forte, capaz de garantir segurança alimentar e preservar a diversidade cultural e ambiental do país. Este é um tema que envolve a distribuição de terras, políticas agrícolas,

SUBDESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

conflitos no campo e a relação entre grandes proprietários e trabalhadores rurais.

Historicamente, a concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários remonta ao período colonial e se perpetuou ao longo dos séculos, criando uma estrutura agrária desigual que ainda persiste. Um dos maiores desafios da questão agrária no Brasil é a luta pela reforma agrária, que busca redistribuir terras improdutivas e promover o acesso de camponeses e trabalhadores rurais à terra. O movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) é um dos principais protagonistas nesse cenário, promovendo ocupações de terras e reivindicando políticas públicas que garantam o direito à terra e à dignidade no campo.

Além da luta pela terra, a questão agrária também se entrelaça com a questão social e ambiental. A expansão da agroindústria, o uso intensivo de agrotóxicos e a degradação ambiental representam graves desafios que afetam não apenas a produção de alimentos, mas também a saúde e a vida das comunidades rurais. A busca por um modelo de desenvolvimento sustentável e agroecológico ganha força como alternativa à lógica do agronegócio, defendendo práticas que respeitem o meio ambiente e promovam a inclusão social.

A discussão sobre a questão agrária no Brasil é, portanto, um reflexo de uma sociedade que ainda busca resolver suas contradições e desigualdades. A construção de um modelo agrário mais justo e sustentável implica em diálogos e ações que respeitem os direitos dos trabalhadores rurais, promovam a inclusão social e garantam a conservação dos recursos naturais para as futuras gerações. As políticas públicas no Brasil frequentemente têm sido insuficientes ou mal direcionadas para resolver a questão agrária. A falta de uma reforma agrária efetiva, que promova a redistribuição de terras e o fortalecimento da agricultura familiar, é um reflexo das relações de poder e da dependência econômica. As políticas tendem a favorecer grandes proprietários e a lógica do agronegócio, em detrimento de uma abordagem mais inclusiva e sustentável.

A questão agrária no Brasil é um reflexo das categorias de subdesenvolvimento e dependência, evidenciando a necessidade de uma abordagem integrada que considere a desigualdade social, a distribuição de terras e a sustentabilidade econômica. Para superar esses desafios, é crucial promover políticas públicas que priorizem a reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar e a justiça social, rompendo com as estruturas que perpetuam a exclusão e a dependência.

SUBDESENVOLVIMENTO, DEPENDÊNCIA E AS CARACTERÍSTICAS DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. 2001, 4 ed. São Paulo: GLOBAL. 2008.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 14ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- MARINI, R.M. *A Dialética da Dependência*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO. 1973.
- MARINI, R. M. Processo e tendências da globalização capitalista. In: Sader, E.(Org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2011. p.269-295. (Coleção A Outra)
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro III, Tomo II. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- MARX, K. e ENGELS, F. **O manifesto do comunista**. [tradução Maria Lucia Como]. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. - (Coleção Leitura).
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MASSON, Gabriela Abraão. **A reforma agrária como uma política pública de desenvolvimento ou política social?**; uma análise a partir dos assentamentos rurais “Tereza do Cedro” e “Dandara” no município de Uberaba/MG. Tese de Doutorado, Franca, 2016.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Programa Agrário do MST: texto em construção para o VI Congresso Nacional. São Paulo, 2014.
- NAVARRO, Zander. *A morte da reforma agrária (ja vai tarde)*. Disponível em <http://diplomattizando.blogspot.com.br/2013/09/a-morte-da-reforma-agraria-ja-vai-tarde.html>. Acessado em 27 de julho de 2014.
- PRADO JÚNIOR, C. **A Formação do Brasil Contemporâneo**. Companhia das letras, São Paulo, 1982.
- PRADO JÚNIOR, C. **A formação Política do Brasil**. Companhia das letras, São Paulo, 2002.
- PRADO JÚNIOR, C.. **Notas sobre cidadania e modernidade**. In *Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, Ano 2, nº 3, dezembro de 2005 - ISSN - 1807-698X. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>. Acesso em: 19 set. 2010.
- TRASPADINI, R; STÈDILE J.P. (orgs) **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. -2ed- São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- TRASPADINI, Roberta S. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG/FAE, 2016.